

Entre o “milagre econômico” e o “quinqüênio de ouro”: análise introdutória dos planos econômicos brasileiro e português (1968-1973)

*Between the “economic miracle” and the “golden five years”: introductory
analysis of the brazilian and portuguese economic plans (1968-1973)*

Monica Piccolo*

Universidade Estadual do Maranhão
São Luís, Maranhão, Brasil

Werbeth Serejo Belo**

Universidade de Coimbra
Coimbra, Coimbra, Portugal

Recebido em: 15 set. 2019.

Aprovado em: 11 nov. 2019.



* Professora Adjunta do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professora, do quadro permanente, do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em História Social e graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (monica.piccolo@uol.com.br)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8773-7731>

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3775617335462885>

** Doutorando em Estudos Contemporâneos pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); graduado em História pela UEMA. (werbethsbelo@hotmail.com)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8356-1839>

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6735963652525615>

Resumo

Este trabalho tem como tema central a análise de uma das formas de organização dos interesses das frações burguesas dirigentes, os planos econômicos. O recorte temporal, 1968-1973, justifica-se por ser este o momento, tanto no Brasil quanto em Portugal, da consolidação de grandes projetos industriais e de intensa defesa do desenvolvimentismo como estratégia de crescimento econômico acelerado. Logo, o objetivo central é analisar de modo comparado os planos econômicos de dois países que receberam alcunhas distintas em um mesmo momento de crescimento econômico com altos índices de investimento e abertura da economia a capitais estrangeiros – guardadas as especificidades. Em Portugal, o governo Caetano ficou conhecido como "os anos dourados do capitalismo português" ou o "quinqüênio de ouro", enquanto o governo Médici, no Brasil, ficou conhecido como um momento de "milagre econômico". Como objetivo secundário, pretende-se mapear as semelhanças e diferenças do III Plano de Fomento – elaborado em 1967 com metas a serem alcançadas entre os anos de 1968 e 1973 – e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) entre 1972 e 1974. Como ferramenta central de análise, este artigo tem como arcabouço teórico as elaborações de Antonio Gramsci a respeito do Estado, entendido em uma perspectiva ampliada, isto é, as instituições oficiais como o âmbito restrito deste (também nomeada como Sociedade Política) e a Sociedade Civil como aspecto de ampliação da noção de Estado. A hipótese central perpassa pela noção de centralidade do desenvolvimento econômico nos dois países supramencionados como estratégia de promoção do crescimento econômico acelerado com uma argumentação de base social muito forte que, de certa forma, legitimaria o discurso desenvolvimentista.

Palavras-chave: Política Econômica. Estado Novo. Ditadura Empresarial-Militar. Marcelismo.

Abstract

This work has as central theme the analysis of one of the forms of organization of the interests of the leading bourgeois fractions, the economic plans. The time frame, 1968-1973, is justified because this is the moment, both in Brazil and in Portugal, of the consolidation of large industrial projects and the intense defense of developmentism as a strategy of accelerated economic growth. Therefore, the main objective is to compare the economic plans of two countries that received different nicknames at the same time of economic growth with high investment rates and opening the economy to foreign capital - keeping the specifics. In Portugal, the Caetano government became known as "the golden years of Portuguese capitalism" or the "golden five years", while the Medici government in Brazil became known as a time of "economic miracle". As a secondary objective, we intend to map the similarities and differences of the III Development Plan - prepared in 1967 with goals to be achieved between 1968 and 1973 - and the I National Development Plan (I PND) between 1972 and 1974. As a central tool of analysis, this article has as theoretical framework the elaborations of Antonio Gramsci about the State, understood in a broad perspective, that is, the official institutions as its restricted scope (also named as Political Society) and Civil Society as an aspect of broadening the notion of state. The central hypothesis runs through the notion of centrality of economic development in the two countries mentioned above as a strategy for promoting accelerated economic growth with a very strong social base argument that would in some way legitimize developmental discourse.

Keywords: Economic Policy. New State. Business-Military Dictatorship. Marcellism.

Introdução

Investigar as relações político-econômicas contemporâneas requer uma compreensão da organização da Ossatura Material do Estado¹ Capital-Imperialista² contemporâneo. Portanto, para que possam ser investigadas a constituição e consolidação dos oligopólios, é de fundamental importância analisar, também, a forma deste Estado, de modo que o capitalismo passa por uma série de reconfigurações a cada ponto de inflexão econômica causado por crises cíclicas ou crises de hegemonia dos projetos nacionalizados por frações de classe distintas. Assim, para analisar as relações econômicas é importante levar em consideração a especificidade das distintas estratégias de manutenção da Hegemonia das frações de classe dirigente que conduzem o Estado Restrito e toda sua materialidade.

Portanto, optou-se por analisar neste trabalho uma das formas de organização dos interesses das frações burguesas dirigentes, os planos econômicos. O recorte temporal, 1968-1973, justifica-se por ser este o momento, tanto no Brasil quanto em Portugal, de consolidação de grandes projetos industriais e de intensa defesa do desenvolvimentismo como estratégia de crescimento econômico acelerado. Logo, o objetivo central é analisar, em uma perspectiva comparada, os planos econômicos de dois países que receberam alcunhas distintas em um mesmo momento de crescimento econômico com altos índices de investimento e abertura da economia a capitais estrangeiros – guardadas as especificidades. Em Portugal, o governo Caetano ficou conhecido como "os anos dourados do capitalismo português" ou o "quinqüênio de ouro", enquanto o governo Médici, no Brasil, ficou conhecido como um momento de "milagre econômico". Obviamente, este cenário de altos índices de crescimento tem relação direta com um contexto internacional de grandes investimentos e (re)organização da economia iniciada no imediato pós-guerra.

Como objetivo secundário, pretende-se mapear as semelhanças e diferenças do III Plano de Fomento – elaborado em 1967 com metas a serem alcançadas entre os anos de 1968 e 1973 – e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) entre 1972 e 1974. Não é pretendido neste trabalho mapear os resultados dessas políticas econômicas, mas analisar

¹ Segundo Nicos Poulantzas, o Estado é formado a partir de uma "condensação de lutas" entre classes dominantes e dominadas e entre as classes dominantes, o que pode ser caracterizado como "fissura do bloco no poder" e que ocorre em uma esfera do Estado Ampliado, nomeada como Ossatura "material do Estado". POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

² Segundo Virgínia Fontes, o que era uma "simples" união entre capital bancário e capital industrial, passa a ser uma mistura de relações econômicas entre as diversas formas de financeiras dispostas a financiar indústrias em todo país. Assim, o Capital-Imperialismo é a forma atual do Imperialismo em que a fração burguesa empresarial é a condutora do projeto econômico-político que atua em diversas instâncias do Estado Relação, isto é, partindo do pressuposto de que o Estado capitalista contemporâneo é um Estado Ampliado que tem por base uma nova roupagem do capital financeiro por meio da qual se dá a explosão de conglomerados de financeiras que acontece no Brasil na segunda metade do século XX não havendo mais, como propunha Lenin, uma "união íntima", mas, uma "união pornográfica" no sentido de que várias relações econômico-políticas acontecem paralelamente, baseadas no que Marx caracterizou como "capital produtor de juros". FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ, 2010.

suas estruturas tendo o desenvolvimento econômico como fio condutor de suas ações. Como ferramenta central de análise, este artigo tem como arcabouço teórico as elaborações de Antonio Gramsci a respeito do Estado, entendido em uma perspectiva ampliada, isto é, as instituições oficiais como o âmbito restrito deste (também nomeada como Sociedade Política) e a Sociedade Civil como aspecto de ampliação da noção de Estado. A hipótese central perpassa pela noção de centralidade do desenvolvimento econômico nos dois países supramencionados como estratégia de promoção do crescimento econômico acelerado com uma argumentação de base social muito forte que, de certa forma, legitimaria o discurso desenvolvimentista.

Política econômica e desenvolvimentismo: análise introdutória do III Plano de Fomento e do I Plano Nacional de Desenvolvimento

A propriedade industrial alterada a cada ponto de inflexão da economia através da substituição de importações gradativamente altera o padrão de acumulação de capital essencialmente agrário para industrial, tecnológico, tanto em Portugal quanto no Brasil.

No caso do Brasil, segundo Francisco de Oliveira,

Se analisarmos a participação da agricultura brasileira no total da renda interna, de 1947 até 1968, veremos que esta cai de 31,7% em 1947 para 22,7% em 1968, ou seja, perde nove pontos de participação, sendo que a queda é lenta nos primeiros nove anos (2 pontos) e, entre 1956 e 1968, se acelera caindo sete pontos. O resultado corresponde à lei de decréscimo da importância relativa da agricultura, uma vez que esta já não é o setor dinâmico da economia. Por sua vez, a indústria torna-se o setor de ponta, e aumenta sua participação em detrimento da agricultura.³

Partindo desta constatação que se pretende analisar o caminho traçado pela fração burguesa industrial para a consolidação dos oligopólios industriais no Brasil, denotando a respeito da intervenção estatal neste processo, a partir da apropriação jurídica da substituição de importações que ocorre no país.

De forma equivalente, o caso português passa por um momento de substituição de importações que altera o padrão de acumulação hegemonicamente agrário e de abastecimento do mercado interno para a produção industrial. Segundo Rosas, qualquer tentativa de substituição de importações em Portugal nas décadas de 1930 e 1940 não poderia ocorrer pela extrema centralização política e econômica por parte da fração burguesa agrária, com pleno controle sobre a produção e mão de obra de modo que há um extremo protecionismo e uma estrutura econômica que remete ao padrão de acumulação mercantilista.⁴ Assim, no caso português, pode-se constatar que a reprodução ampliada de capital não havia atingido bases organizativas suficientes para o desenvolvimento do setor industrial, além de ser o mais-valor absoluto a forma hegemônica de lucratividade da fração agrária. Isto significa que a produção voltada essencialmente para o abastecimento não possuía mercado consumidor que garantisse a manutenção, ou até mesmo a ampliação da produção. Mesmo nesta conjuntura,

³ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 43.

⁴ ROSAS, Fernando. *História de Portugal*. Vol. 7: O Estado Novo (1926-1974). Lisboa: Estampa, 1998.

A indústria foi se desenvolvendo, apesar de não existir uma numerosa e próspera classe média rural capaz de funcionar como principal pilar da procura sustentadora das indústrias de bens intermediários ou de equipamentos, ou uma população rural com poder de compra para viabilizar as indústrias de bens de consumo geral, ou uma produção agrícola apta, em termos culturais, de produtividade e de preços, a sustentar o desenvolvimento industrial.⁵

A compreensão destas dinâmicas é de extrema relevância para o entendimento do contexto histórico em que se consolidou a forma atual de acumulação de capital no Brasil e em Portugal. Perceber as minúcias da dinâmica econômica é fundamental para um progressivo desenvolvimento econômico com base não só nas altas taxas de crescimento, mas para um efetivo desenvolvimento com base e o bem estar da sociedade.

No contexto português o governo de Marcello Caetano (1968-1974) pode ser considerado como o momento de maior abertura da economia e, portanto, de consolidação dos oligopólios industriais, entretanto, é importante destacar que as interpretações a respeito do marcelismo são diversas, mas com três perspectivas centrais: a) liberalização bloqueada; b) liberalização tardia e; c) transição falhada.⁶ Segundo Rosas, o marcelismo pode ser considerado "o triunfo político de uma corrente reformista que vinha a manifestar-se no Estado Novo desde o pós-guerra e que falhara, em 1958 e 1961, as suas grandes oportunidades históricas de tomar o poder".⁷ Segundo Torgal, o Marcello Caetano do marcelismo "não é diferente do Marcello Caetano dos decênios anteriores. O que se passou é que o "pragmatismo" e o "corporativismo" puderam nele manifestar-se de modo diferente de Salazar, que governou o país noutro tempo, 1932 a 1968, e que era mais velho que Marcello cerca de 17 anos".⁸ Assim, as correntes interpretativas a respeito do marcelismo são variadas e se estruturam a partir de argumentos diversos. Logo, crê-se em uma perspectiva de rupturas e continuidades em relação ao governo de Salazar em que instâncias do governo anterior se perpetuaram no marcelismo.

Começamos pela análise da política econômica e de seus agentes principais no Brasil e em Portugal. Na condução da política econômica brasileira do governo Médici temos como principais agentes João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento, e Antonio Delfim Netto, mantido na pasta da Fazenda.⁹

⁵ ROSAS, Fernando. *História de Portugal. Op. cit.*, p. 60.

⁶ TORRAL, Luís Reis. Marcello Caetano antes do marcelismo. *Espacio, Tiempo y Forma*, Madrid, serie v, Historia Contemporânea, t. 19, p. 49-73, 2007, p. 50. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/ETFV/article/view/3154/3013>. Acesso em: 15 maio 2019.

⁷ ROSAS, Fernando. *História de Portugal... Op. cit.*, p. 485.

⁸ TORRAL, Luís Reis. Marcello Caetano antes do... *Op. cit.*, p. 54.

⁹ João Paulo dos Reis Velloso. Formação Acadêmica: Economia (UERJ), Pós-Graduação (FGV), Mestrado (Yale-EUA). Atuação nas Agências Estatais: Escriturário e Oficial de Administração do IAPI (1952), Escriturário do Banco do Brasil (1955), EPEA (1964-68), Secretário Geral do Ministério do Planejamento (1968), Membro do Conselho de Administração do BNDES (1991-97), Membro do Conselho de Administração da BNDESPAR (1998). Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia: INAE (1992). Atividades Profissionais: Professor FGV (1973), Diretor geral da área econômica da Veplan-Residência Empreendimentos Imobiliários (1979), Presidente Ibmec (1980-99), Presidente da Investplan-Participações e Negócios (1982-87). PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), p. 399.

O diagnóstico inflacionário do governo Costa e Silva foi mantido e representado através do "Plano Metas e Bases para a ação do governo", lançado em setembro de 1970, que "definia os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais"¹⁰ e "pretendia satisfazer a demanda de crescimento econômico".¹¹ Além disso, o plano pretendia promover a integração dos segmentos sociais, no entanto, não foi posto em prática. Em dezembro de 1971 é lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) que, assim como o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) do governo Costa e Silva, objetivava o crescimento econômico e a contenção da inflação. No que diz respeito à contenção da inflação, quatro fatores atuaram, segundo Jennifer Hermann: a) a capacidade ociosa da economia; b) o controle direto do governo sobre taxas e juros; c) a política salarial em vigor que resultou em queda dos salários e; d) política agrícola implementada que contribuiu para expandir a produção e evitar pressões inflacionárias no setor.¹²

O III Plano de Fomento, no caso português, veio a nacionalizar um projeto de liberalização da economia portuguesa com clara centralização na fração burguesa industrial. É importante destacar que este projeto liberalizante era defendido ainda em meio ao período do governo de Salazar, sendo Caetano visto como parte da ala reformista do regime, que não obteve êxito pelo posicionamento protecionista hegemônico durante o Estado Novo.

Há que se destacar também que a defesa do corporativismo é central na ideia de Caetano que acreditava que a autonomia das corporações era de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento econômico.¹³ Assim, não há consenso em torno das políticas administrativas deste governo, entretanto, pretende-se apontar algumas relações possíveis em torno de sua política econômica. Todavia, é necessário previamente apontar as características gerais do III Plano de Fomento antes da análise dos pormenores.

O III Plano de Fomento é estruturado a partir de bases de atuação que apresentam as características gerais deste instrumento de condução da economia portuguesa, além de

Antonio Delfim Netto. Formação Acadêmica: Economia (USP), Doutorado (USP). Atuação nas Agências Estatais: DER (1948), Membro do CONSPLAN (1965), Membro do CNE, Chefe da Secretaria da Fazenda de São Paulo (1966-1967), Embaixador na França (1975-1978), Ministro da Agricultura (1979), Empresa Brasil de Comunicação (2007/ 2009). Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia: IPES, ANPES, Assessor Econômico da Associação Comercial de São Paulo (1958), Presidência do Conselho Superior de Economia do Instituto Roberto Simonsen, Membro do Conselho Orientador do IPEA (2008), Valor Econômico, Folha de S. Paulo. Atividades Profissionais: Professor catedrático de economia brasileira da USP, Vice-Presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo (1958). Atuação Política Partidária: Deputado Constituinte (1987/88 - PDS), Deputado Federal (1987-2007), Filiação ao PPR (1994), Filiação ao PPB (1995), Filiação ao PMDB (2005). *Ibidem*, p. 338-339.

¹⁰ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 221.

¹¹ GIANNAZI, Carlos. *A Doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 179.

¹² HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o "milagre econômico" (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (orgs.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 86.

¹³ TORGAL, Luís Reis. Marcello Caetano antes... *Op. cit.*

apresentar os principais objetivos a serem alcançados. Vale destacar que o Plano é visto como "instrumento de programação global do desenvolvimento econômico e progresso social do país",¹⁴ com características muito próximas, aliás, do I PND no Brasil, que tinha como objetivo central atingir altos índices de crescimento econômico numa proposta já iniciada pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED. Neste cenário, a iniciativa privada ganha cada vez mais espaço a partir de uma relação íntima com o Estado como grande árbitro da política desenvolvimentista.

É de fundamental importância mapear os responsáveis pela execução do III Plano de Fomento.¹⁵ Assim, os principais sujeitos envolvidos foram: a) Ministério da Economia (1968-1974): José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira, João Augusto Dias Rosas e Manuel Artur Cota Agostinho Dias (Ministros da Economia);¹⁶ Domingos Rosado Vitória Pires, Vasco Rodrigues de Pinho Leónidas e José Eduardo Ferrão (Secretários de Estado da agricultura);¹⁷ Fernando Manuel Alves Machado, Valentim Xavier Pintado e Alexandre de

¹⁴ PORTUGAL. *III Plano de Fomento (Lei nº 2133, de 20 de dezembro de 1967)*. Lisboa, 1968, p. 11.

¹⁵ As informações a respeito dos dirigentes dos ministérios da economia, agricultura e comércio foram sistematizadas a partir dos sites: pp.parlamento.pt/PublicacoesOnLine; www.cm-odemira.pt; www.politipedia.pt. Acesso em: 12 jun. 2019.

¹⁶ *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira*. Acumulou com as funções públicas a administração de vários bancos e empresas privadas.

João Augusto Dias Rosas Em sua carreira político-administrativa exerceu diversas funções no Estado restrito, como: Subsecretário de Estado do Comércio (1959-1961); Comissário do Governo junto do Banco Nacional Ultramarino (1962); Inspector Superior do Ministério do Ultramar, em comissão de serviço fora do quadro (1962); Procurador à Câmara Corporativa (IX a XI Legislaturas); Ministro das Finanças no último governo de Salazar (1968); Ministro das Finanças, reconduzido por Marcello Caetano (1968-1969); Ministro das Finanças e da Economia (1969-1972). Atuou também no setor bancário como Vice-governador do Banco de Portugal (1966); Vice-governador do Banco de Portugal e Governador do Banco Nacional Ultramarino (1973-1974).

Manuel Artur Cota Agostinho Dias. Atuou no Estado Restrito como Representante do Ministério da Economia como Vogal no Fundo de Fomento Florestal; Vogal da Comissão Revisora de Contas do Fundo de Abastecimentos; Vogal da Comissão Administrativa dos Serviços Sociais do Ministério da Economia; No IV e último Congresso da União Nacional pertenceu à Comissão Consultiva que deliberou transformá-la em Acção Nacional Popular, sendo nomeado Vice-presidente da respectiva Comissão Central (1970); Ministro da Economia (1973-1974). Além disso, foi Membro do Conselho de Administração do Banco de Fomento Nacional (1969).

¹⁷ *Domingos Rosado Vitória Pires*. Atuou como Chefe da XVII Brigada Técnica da Campanha de Produção Agrícola (campanha do trigo) (1929-1932); Diretor da Estação de Cultura Mecânica (1932-1936); Diretor Interino dos Serviços Técnicos da Campanha de Produção Agrícola (1936); Diretor substituto e investigador da Estação Agronómica Nacional (1937); Professor do Instituto Superior de Agronomia (1937); Diretor da Estação de Melhoramento de Plantas, em Elvas (1942); Permaneceu em Angola a orientar o melhoramento os cereais (1945-1947); Representante de Portugal no Congresso Internacional do Milho (1949); Foi investigador do Quadro Técnico do Ministério da Economia; Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, Rafael Duque (1936); Subsecretário de Estado da Agricultura (1950-1958); Secretário de Estado da Agricultura (1965-1969).

Vasco Rodrigues de Pinho Leónidas. Presidente da Junta de Colonização Interna (1959-1969); Secretário de Estado da Agricultura (1969-1972).

José Eduardo Ferrão. Segundo-assistente além do quadro de agronomia tropical do Instituto Superior de Agronomia (1955-1962); Colaborador científico do Instituto de Investigação Científica de Angola (1959-1960); Colaborador científico da Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar na área das oleaginosas tropicais (1960-1961); Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura (1961-1962); Consultor Científico da "Brigada de Fomento Agro-Pecuário de S. Tomé e Príncipe" (1965-1972); responsável por diversas conferências sobre agricultura e processo de industrialização do setor agrário.

Azeredo Vaz Pinto (Secretários de Estado do comércio);¹⁸ Manuel Rafael Amaro da Costa, Rogério da Conceição Serafim Martins e Hermes Augusto dos Santos (secretários de Estado da indústria);¹⁹ b) Ministério da Agricultura e Comércio (15.3.1974 a 25.4.1974): João Mota Pereira de Campos (ministro);²⁰ e, c) Ministério da Indústria e Energia (15.3.1974 a 25.4.1974): Daniel Maria Vieira Barbosa.²¹

É perceptível que, a partir do arcabouço teórico utilizado, tem-se um grupo de "intelectuais orgânicos" a nacionalizar o projeto de industrialização e financeirização intensa da economia, de modo que os sujeitos anteriormente elencados atuam em instâncias da Sociedade Civil e da Sociedade Política como forma de nacionalização dos projetos da fração industrial que se pretendia hegemônica.²²

De forma comparada é possível mapear as singularidades de cada plano de modo que apresentam, também, aspectos em comum como o eixo desenvolvimentista e a concorrência regulada pelo Estado. Outro aspecto em comum merece destaque: a preocupação com a defesa do território e o caráter positivista de "ordem e progresso" que, a partir de uma leitura

¹⁸ *Fernando Manuel Alves Machado*. Vice-presidência da Comissão Reguladora do Comércio dos Metais, vindo a assumir a presidência nos anos de 1945 e 1946; Chefiou as delegações de Portugal às reuniões ministeriais da OCDE em 1969 e do GATT em 1968; Administrador, em representação do Banco de Fomento Nacional, da Companhia de Seguro de Crédito em 1972.

Valentim Xavier Pintado. 1969-1972 – Secretário de Estado do Comércio, em cuja qualidade representou Portugal no Conselho de Ministros da EFTA, ao qual presidiu em 1970; 1974 – Membro fundador do CDS – Centro Democrático Social; Participa em organizações internacionais (EFTA e OCDE), em cujo quadro realiza estudos relevantes sobre a economia portuguesa; Diretor do Gabinete de Estudos e Relações Económicas Internacionais da Associação Industrial Portuguesa; 1964 – Diretor do Gabinete de Estudos Económicos do Banco Português do Atlântico.

Alexandre de Azeredo Vaz Pinto. Presidente do Banco Espírito Santo SA, Vice-Presidente da Caixa Geral de Depósitos SA e Presidente da Caixa Investimentos (subsidiária da Caixa Geral de Depósitos SA) e Vice-Governador do Banco de Portugal.

¹⁹ *Manuel Rafael Amaro da Costa*. Primeiro diretor-delegado da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira (fundada a 21 de outubro de 1943) e posteriormente assumiu, durante alguns anos, o cargo de presidente desta comissão.

Rogério da Conceição Serafim Martins. Engenheiro. Secretário de Estado da Indústria de Marcello Caetano, desde 27 de Março de 1969. Proponente da Lei de Fomento Industrial de 1972; Cria o Conselho Nacional da Produtividade (13 de Dezembro de 1972).

Hermes Augusto dos Santos. Consultor da Associação Industrial Portuense; Representante do Porto na Comissão de Planeamento da Região Norte; Administrador da Companhia Portuguesa de Electricidade (1972); Membro da Comissão Consultiva da União Nacional (1968-1970); Vogal da Comissão Central da Acção Nacional Popular (1970-1974); Deputado à Assembleia Nacional (XI Legislatura); Secretário de Estado da Indústria (1972-1974).

²⁰ *João Mota Pereira de Campos*. 1961-1962 – Secretário de Estado da Agricultura; 1968 – Presidente da Comissão de Planeamento da Região Norte; 1970 – Ministro de Estado adjunto da Presidência do Conselho; 1974 – Ministro da Agricultura e do Comércio do último governo do Estado Novo; 1950-1952 – Conservador do Registo Predial em Esposende e Braga.

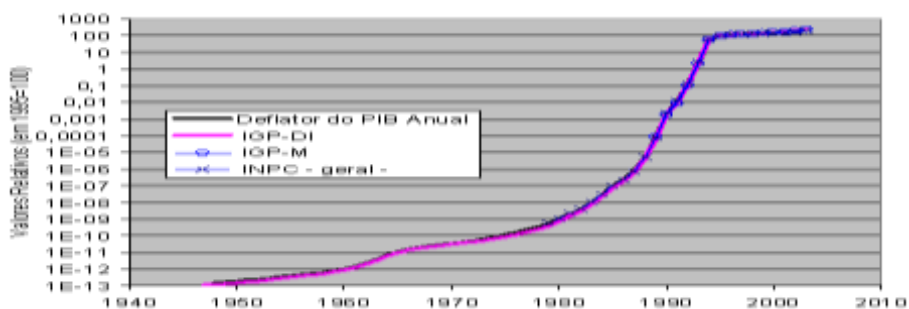
²¹ *Daniel Maria Vieira Barbosa*. Engenheiro adjunto da Direção Técnica da Administração dos Portos do Douro e Leixões (1936); Governador do Distrito Autónomo do Funchal (1945-1945); Ministro da Economia (1947-02-04 a 1948-10-14); Governador do Banco de Fomento Nacional (1965-1974).

²² Segundo a concepção de Estado Ampliado, elaborada por Antonio Gramsci, os "intelectuais orgânicos" são portadores da função de nacionalização de determinado projeto classista, isto é, como forma de garantir a hegemonia (sempre momentânea) de determinados interesses os Intelectuais Orgânicos transitam entre as duas instâncias estatais (Sociedade política, ou Estado em seu sentido restrito, e a Sociedade Civil). Cf.: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

gramsciana, pode ser considerado como aliança entre consenso e coerção para manutenção da hegemonia do projeto da fração de classe condutora do Estado Restrito. Em uma perspectiva de análise comparada entre as realidades históricas do Brasil e de Portugal, serão selecionadas e analisadas algumas variáveis, tais como política salarial e política trabalhista, como ferramenta de sustentação do pressuposto de que os planos econômicos compartilham experiências em comum, como o desenvolvimentismo, a concorrência regulada e a presença do binômio consenso/coerção como reflexo direto da inserção da fração dominante da classe dominante (fração financeira da burguesa) na ossatura material do Estado. Assim, comecemos, então, por comparar a política salarial nos dois planos.

No que diz respeito à política salarial, alguns números precisam ser mostrados, haja vista que salário nominal não quer dizer alta do salário real, isto é, é necessário relacionar a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora aos níveis salariais taxados pelo governo através da política econômica.

Gráfico 1 – Índice Geral de Preços no Brasil entre 1940 e 2010.



Fonte: http://ecen.com/eee41/eee41p/indices_de_inflacao_para_internet.htm#2.4

Tabela 1 - Salário Nominal entre 1964 e 1973 (em Cr\$).

Capitais	fev. 1964/ fev. 1965	mar. 1965/ fev. 1966	mar. 1966/ fev. 1967	mar. 1967/ mar. 1968	mar. 1968/ abr. 1969	maio 1969/ abr. 1970	maio 1970/ abr. 1971	maio 1971/ abr. 1972	maio 1972/ abr. 1973
Porto Velho	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Rio Branco	30,90	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Manaus	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Boa Vista	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Belém	31,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Macapá	31,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
São Luís	25,20	39,60	51,00	73,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Teresina	20,00	36,00	48,00	60,00	76,80	98,40	124,80	151,20	182,40
Fortaleza	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Natal	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
João Pessoa	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Recife	33,00	51,60	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Maceió	26,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Aracaju	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Salvador	33,00	51,60	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Belo Horizonte	42,00	64,32	81,00	101,25	124,80	148,80	177,60	216,00	268,80
Vitória	32,40	51,60	66,00	82,50	100,80	124,80	156,00	187,20	225,60
Niterói	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
Rio de Janeiro	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
São Paulo	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
Curitiba	35,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Florianópolis	35,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Porto Alegre	36,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Cuiabá	33,00	51,80	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Goiânia	34,00	51,84	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Brasília	42,00	63,60	81,00	101,25	124,80	148,80	177,60	216,00	268,80

Fontes: Decretos-leis - 5977 de 10-11-1943; 30 342 de 24-12-1951; 35 450 de 1-5-1954; 39 604-A de 14-7-1956; 45 106-A de 24-12-1958; 49 119-A de 15-10-1960; 51 336 de 13-10-1961; 51 613 de 3-12-1962; 53 578 de 21-2-1964; 55 803 de 26-2-1965; 57 900 de 2-3-1966; 60 231 de 16-2-1967; 62 461 de 25-3-1968; 64 442 de 1-5-1969; 66 523 de 30-4-1970; 68 576 de 1-5-1971; 70 465 de 27-4-1972 e 72 148 de 30-4-1973. Tabela composta a partir de:

Anuário estatístico do Brasil 1973. Rio de Janeiro: IBGE, 1973, v. 34.

Como pode ser percebido através do gráfico de índices de preços e da tabela do salário nominal, o índice de preços está em constante ascensão, assim como os índices dos salários nominais. Entretanto, a taxação do salário nominal, como já foi exposto, não explica por si só a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora, é preciso relacionar os números para perceber a taxação do salário real. A partir desta relação, é perceptível que os níveis do Índice Geral de Preços (IGP) ascendem de forma mais acelerada que os níveis de salário nominal, o que reduz a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora, comprimindo, portanto, os níveis do salário real. Entre 1960 e 1970, o IGP mais que dobra enquanto os níveis de salário nominal crescem, segundo o IBGE, a níveis menores. Assim, este cresce em progressão aritmética enquanto aquele em progressão geométrica.

Enquanto no I PND tem-se uma política salarial conforme descrito anteriormente, no III Plano de Fomento o que se tem é uma política salarial em ascensão, de modo que há disparidade entre setores de produção, sendo atribuídos aumentos de acordo com a capacidade produtiva. Além disso, havia no período de 1953-1964 disparidade acentuada entre as regiões do país, de modo que são traçados, então, no III Plano de Fomento, os seguintes objetivos no que tange à política salarial: a) elevar progressivamente a participação do trabalho no rendimento nacional, através da evolução dos salários; b) atenuar as assimetrias setoriais, profissionais e regionais a fim de garantir uma distribuição equitativa das remunerações.²³ É preciso destacar, entretanto, que a valorização dos salários está atrelada ao nível de produtividade do trabalho, ou seja, primeiro importava garantir a parcela de lucro dos grupos empresariais (através do mais-valor – tanto absoluto quanto relativo) e, posteriormente, garantir que a classe trabalhadora consumisse para manter a engrenagem do capitalismo. Justificava-se no Plano, então, que as pressões sobre os salários eram "provenientes de desajustamentos entre oferta e procura de colocções" e que "têm reflexos directos no preço dos bens e serviços e, por intermédio destes, na própria estabilidade monetária e financeira".²⁴

No que diz respeito à nova política trabalhista, no caso brasileiro, Virgínia Fontes e Sonia Mendonça apontam que esta tinha três objetivos principais: a) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; b) a criação de um "novo" sindicato, com funções mais assistencialistas que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora; c) fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social.²⁵ As autoras continuam apresentando a respeito das características da política salarial: a) veio aplicar a disciplina anti-inflacionária seletivamente contra a classe trabalhadora; b) o Estado redistribuiu os recursos necessários para a manutenção do modelo econômico, privilegiando

²³ PORTUGAL. *III Plano de Fomento...* *Op. cit.*, p. 460.

²⁴ *Ibidem*, p. 40.

²⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente*. São Paulo: Ática, 2001, p. 22.

estratos de alta renda, tornados consumidores preferenciais; c) alterou-se a base do cálculo dos reajustes salariais, passando a ser média dos salários recebidos nos últimos dois anos.²⁶

No caso português, a política trabalhista de democratização controlada a partir de uma relação mais ponderada entre o Estado e os sindicatos possibilitou uma reformulação assente no índice de produção acelerado pela política salarial que visava o crescimento econômico rápido, de modo que os trabalhadores pudessem ter acesso a níveis culturais mais elevados, garantindo, assim, uma sensação de Estado social, isto é, a elevação do nível de vida dos trabalhadores tinha como pano de fundo a manutenção das altas taxas de crescimento. De acordo com Passos,

Aumentos salariais e a melhoria generalizada do nível de vida para além do mínimo de subsistência teriam os seguintes efeitos positivos, não só em relação à reprodução da força de trabalho, mas também para a acumulação de capital: melhoria da motivação no trabalho e da produtividade, devido ao aumento da capacidade de trabalho; assegurar as condições para garantir a melhoria constante do nível de qualificação profissional (reciclagem, aperfeiçoamento) e cultural (informação técnica, cultura geral) dos assalariados, necessários ao acompanhamento do desenvolvimento tecnológico e ao aumento da produtividade; facilitar aos assalariados o investimento na educação dos seus filhos (em vez da sua entrada prematura no mundo do trabalho para suprir ao baixo rendimento familiar) elevando assim o nível geral de instrução e qualificação da classe; finalmente, na medida em que o baixo nível de vida representava a causa principal da emigração, esta evolução contribuiria de forma decisiva para refrear a tendência e obstar a carências de mão-de-obra.²⁷

Assim, Passos considera a lógica salarial como uma "política salarial activa no contexto de uma nova política sindical" de forma a promover a concentração e a centralização cada vez maior do capital, além de dinamizar a economia através da liberalização.²⁸

Ainda no âmbito da análise da taxa real dos salários brasileiros, além da alta dos preços temos a utilização do depósito compulsório na figura do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1966. O FGTS foi largamente utilizado pelo Governo Federal para incentivo à indústria de construção civil com a criação de moradias populares gerenciadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), financiando a casa própria aos trabalhadores com parte de sua própria renda e adicionado a taxas posteriores de pagamento.

O acúmulo de capital acima mencionado possibilitou a abertura de novas agências financeiras e a consolidação das já existentes, culminando na hegemonia da fração financeira da burguesia no período aqui conhecido como "milagre econômico". Esta hipótese permite perceber a transição entre frações burguesas na condução do Estado Restrito, isto é, a fração industrial hegemônica desde o governo Vargas dá lugar à fração financeira de forma que continua a atuar com esta no âmbito do Estado Restrito.

²⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil... Op. cit.*, p. 23.

²⁷ PASSOS, Marcelino Lyra. Resistências e desfasamentos num processo de modernização e desenvolvimento: os reformuladores no governo de Marcello Caetano. *Sociologia - Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 10, p. 21-42, 1991, p. 30. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1072/1/2.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

²⁸ *Ibidem*, p. 28.

O III Plano de Fomento português, assim como no caso brasileiro, apresenta clara estratégia de consolidação de uma nova fração de classe como dirigente do Estado, apresentando medidas que promovessem um processo de industrialização acelerada em consórcio com grupos financeiros responsáveis pelo fomento que consolidariam a fração industrial como dirigente em atuação paralela com grupos financeiros. Portanto, "do dinamismo e da colaboração activa dos empresários, bem como da sua consciente adesão aos objectivos do Plano, dependerá, pois, de forma decisiva, a realização desses objectivos e, em grande medida, o futuro da economia portuguesa".²⁹ Neste cenário, o Plano destaca o grande interesse do Estado na atuação das redes empresariais de capital privado dos diversos setores econômicos.

Filipe Fernandes realizou estudo sobre a relação entre os grupos empresariais e Caetano, entre os anos de 1968 e 1973, de modo a perceber que a política econômica de forte base industrial promoveu a formação de grupos monopolistas com base na atuação de famílias em diversos campos da economia. Sustentado por forte intervenção do Estado em defesa da liberalização econômica tem-se a abertura da economia ao capital estrangeiro como forma de consolidar o processo de liberalização que, segundo Fernandes, foi iniciado ainda em 1945, a partir da aprovação da lei nº 2005 que tinha como objetivos "criar novas indústrias" e "reorganizar muitas das já existentes".³⁰ Além disso, o II Plano de Fomento (1959-1964) já havia potencializado o processo de abertura econômica e, segundo introdução do III Plano de Fomento, foi responsável por alargar "o âmbito sectorial da programação" e por aperfeiçoar "os métodos de planeamento".³¹

Outrossim, é relevante destacar a inserção de Portugal no cenário econômico europeu tendo como ponto de partida a sua entrada na *European Free Trade Association* (EFTA) em que a figura de Xavier Pintado foi central. Exercendo funções tanto no âmbito do Estado Restrito como da Sociedade Civil, Pintado pode ser considerado intelectual orgânico sendo um dos responsáveis por nacionalizar o projeto da fração industrial portuguesa já que conduzia ao âmbito da Sociedade Política os interesses da burguesia industrial debatidos em entidades privadas como a Associação Industrial Portuguesa. Logo, segundo Fernandes o objetivo do período foi "conjuguar um Portugal europeu, na EFTA e na CEE das democracias, com o Império colonial".³² Portanto,

Os principais representantes deste movimento podem ser, grosso modo, divididos em três grupos, embora com fronteiras pouco definidas. Primeiro, sectores da (grande) burguesia industrial e comercial, que apostavam nos mercados dos países mais desenvolvidos, sobretudo da Europa, e para os quais as estruturas ultrapassadas do Salazarismo começavam a representar escolhos ao desenvolvimento. Segundo, uma camada de técnicos, também (auto-) apelidados de tecnocratas, sediados no aparelho de Estado e em grandes

²⁹ PORTUGAL. *III Plano de Fomento... Op. cit.*, p. 43.

³⁰ FERNANDES, FILIPE S. *Os empresários de Marcello Caetano: os grandes anos de investimento público e privado, entre 1968-1974, e as guerras empresariais*. Lisboa: Casa das Letras, 2018, p. 29.

³¹ PORTUGAL. *III Plano de Fomento... Op. cit.*, p. 26.

³² FERNANDES, FILIPE S. *Os empresários de Marcello... Op. cit.*, p. 19.

empresas, que foram os verdadeiros arquitectos das estratégias de modernização económica. Entre estes destacam-se nomes como o de Rogério Martins, João Salgueiro e Xavier Pintado, que no primeiro gabinete de M. Caetano foram respectivamente Secretários de Estado da Indústria, Plano e Comércio. Terceiro, um largo espectro de intelectuais e membros de profissões liberais que, em parte se agruparam em torno da SEDES, fundada em 1970, como associação que visava desempenhar uma acção impulsionadora no processo de modernização, democratização e desenvolvimento da sociedade portuguesa. Comum a estes grupos era a convicção de que o sistema salazarista-caetanista era susceptível de ser reformado naqueles moldes através dum processo de evolução controlada.³³

Ademais, a aprovação da lei de fomento industrial (lei nº 3/72) promulgada em 27 de maio veio a consolidar as diretrizes elaboradas no âmbito do III Plano de Fomento Industrial, sobretudo ao reconhecer "o papel essencial da iniciativa privada, criando as condições favoráveis ao seu livre exercício, procurando associá-la à preparação e execução dessa política e reconhecendo às empresas o direito de praticarem, nos termos da lei, os atos necessários à sua efetivação".³⁴

Assim, a conjuntura estratégica criada desde 1964 no Brasil, e desde o imediato pós-guerra em Portugal, proporcionou a hegemonia do empresariado financeiro em consórcio com os grupos empresariais industriais, ou seja, há o predomínio do mercado de capitais de forma que a fração financeira dá subsídio à fração industrial que reinveste gerando maior lucro e cada vez maior concentração de capitais. Portanto, aplicação da fórmula marxiana D-d-M-d'-D', isto é, capital produtor de juros (principalmente na figura dos bancos) nas mãos dos industriais que o investem no processo de produção que culmina na elaboração de novas mercadorias gerando lucro e retorna às financeiras com o pagamento dos juros.³⁵ Segundo Dreifuss, esta transição entre frações burguesas só foi possível pela formação de uma elite orgânica no seio do principal aparelho privado de hegemonia da ditadura empresarial-militar³⁶ - o complexo IPES/IBAD que atuaria lado a lado com o corpo militar que conduziu o processo golpista que culminou no golpe Empresarial-Militar de 1964.³⁷

³³ PASSOS, Marcelino Lyra. Resistencias e desfasamentos... *Op. cit.*, p. 23-24.

³⁴ PORTUGAL. *Lei de Fomento Industrial (Lei nº 3, de 27 de maio de 1972)*. Lisboa, 1972, s. p.

³⁵ Esta fórmula foi elaborada por Marx em *O capital*, originalmente publicado em 1894. MARX, Karl. *O capital*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

³⁶ Há um intenso debate a respeito da orquestração do golpe e da condução do regime que se instaura em 1964 no Brasil com vertentes interpretativas díspares a respeito do tema. vejamos: a) a vertente que elabora uma concepção de golpe e regime militares; b) a vertente que interpreta o golpe como civil-militar e o regime como exclusivamente militar; c) a vertente que apresenta o golpe e o regime como civil-militar e; a vertente que interpreta o golpe e o regime como Empresarial-Militar, à qual este trabalho é favorável. Alinhamo-nos à perspectiva de análise que, com base na obra de René Dreifuss *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe* - lançada pela editora Vozes em 1987, sustenta a hipótese de que o golpe e o regime tiveram como seus condutores grupos de empresários (que Dreifuss nomeia de tecnoempresários) e o corpo militar. Para maiores esclarecimentos a respeito deste debate, cf.: MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil-militar"?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Cascavel (PR), ano XIII, n. 27, p. 39-53, 2º sem. 2012.

³⁷ DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

No caso português com a consolidação dos monopólios industriais liderados por grupos familiares em consórcio com os bancos e em contato direto com o Estado Restrito possibilitou um arranque industrialista durante o governo de Marcello Caetano que garantiu índices de crescimento econômico com base na (re)organização do chamado espaço português.

O III Plano de Fomento reforça a necessidade de atuação em todo o espaço econômico português que abrange a metrópole e o ultramar com base no planejamento econômico que já fora iniciado desde o Plano Intercalar (1964-1967) que foi concebido como um "grande quadro orientador da evolução da economia e da vida social do país, tanto no que respeita ao sector público como tocante às actividades privadas, embora, quanto a estas, se mantivesse a natureza essencialmente indicativa do plano de harmonia com a tradição anterior e os imperativos constitucionais".³⁸

Essa possibilidade de surgimento de conglomerados de financeiras é perfeitamente explicada pelo planejamento decorrente das novas diretrizes do Brasil e de Portugal pós-1964 que tinham por objetivo o desenvolvimento econômico-financeiro alinhado ao desenvolvimento econômico mundial, mas como mencionado, isto ocorria de forma subsidiada à lógica capital-imperialista.³⁹ Alinhadas ao planejamento, ou melhor, como condutoras deste planejamento, estão as agências financeiras de cunho estatal ou que emergem da sociedade civil como forma de nutrir o desenvolvimento econômico brasileiro e português. Estes conglomerados de financeiras atuam de forma que "ampliou-se a expansão de grupos financeiros para os diversos setores da economia [...], bem como se incrementou o número de grupos econômicos que criaram ou consolidaram empresas no setor financeiro".⁴⁰ A análise de Minella está diretamente relacionada ao caso brasileiro que, entretanto, pode ser aplicada ao caso português de modo que se considera o Plano Intercalar como início do planejamento, com fins práticos de abertura da economia portuguesa, fomentando a organização de toda a relação entre os grupos financeiros e industriais que se consolidaria durante o governo Caetano a partir de uma Nova Política Industrial (NPI) que tinha por base uma

política de fomento das exportações e de aumento da capacidade concorrencial da indústria portuguesa no mercado mundial, especialmente no contexto da integração europeia. A NPI partia do facto da crescente integração de Portugal na divisão internacional do trabalho e da cada vez maior importância das exportações industriais (relações estreitas com a EFTA e a CEE, tendência para desarmamento alfandegário e intensificação das relações comerciais, concorrência agravada por mercados) e tinha por objectivo uma dinamização e aceleração destes desenvolvimentos através de uma estratégia de industrialização por exportações.⁴¹

³⁸ PORTUGAL. *III Plano de Fomento... Op. cit.*, p. 27.

³⁹ PORTUGAL. *Lei de Fomento... Op. cit.*, p. 703.

⁴⁰ MINELLA, Ary Cesar. Grupos financeiros e organização financeira no Brasil. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 80-94, 1996, p. 80. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1858/2229>. Acesso em: 18 maio 2019.

⁴¹ PASSOS, Marcelino Lyra. Resistências e desfasamentos... *Op. cit.*, p. 24.

Ainda sobre o conglomerado de financeiras que surgem no período do milagre econômico, pode-se localizar na política econômica uma espécie de política bancária que regeria todo o sistema financeiro, uma forma de organização microeconômica do Sistema Financeiro Nacional brasileiro. Segundo José Pedro Macarini, a concentração bancária no Brasil ocorre no final da década de 1940 e duas décadas após a Segunda Guerra Mundial há um "ciclo expansivo" somado à "intensificação da acumulação produtiva e financeira", ao "permissivo exercício das políticas monetária e creditícia" o que levou o Brasil a um "processo de concentração bancária de magnitude e alcance absolutamente inéditos até então".⁴²

Na conjuntura portuguesa, segundo Fernandes, entre 1950 e 1973, a estrutura bancária mudou consideravelmente sendo que em 1969 "o Estado atribuiu o papel de promoção industrial e realização de grandes infraestruturas à Caixa Geral de Depósitos e ao Banco de Fomento Nacional, pelo que tinham de aumentar a capacidade de concessão de crédito de médio e longo prazo".⁴³

Além disso, houve em 1972 uma revisão dos depósitos no sentido de flexibilização, definindo e regulando "o depósito de poupança não vinculado a finalidades específicas".⁴⁴

Ademais, houve a promoção de fusões entre vários grupos financeiros e as indústrias em dois sentidos, isto é, os grupos industriais passaram a adquirir grupos financeiros e expandir sua zona de atuação bem como estes passaram a se associar a indústrias promovendo o que Virgínia Fontes (2010) caracteriza como fusão pornográfica de capitais ao superar dialeticamente a concepção de "união íntima" elaborada por Lenin. Entretanto, segundo Ribeiro, Fernandes e Ramos,

Essa convergência da banca com a grande indústria, que designaremos daqui em diante como *grupos financeiros*, distinguia-se claramente do resto da estrutura empresarial do país: pela capacidade única de lançar novos empreendimentos, quer em sectores tradicionais, quer em actividades novas no País, reunindo em seu redor um conjunto de recursos humanos com qualificação técnica e experiência empresarial, para dar corpo a essas iniciativas; Pela capacidade de centralizar poupanças e capitais alheios, diferenciando-os de acordo com a sua natureza distinta e conseqüente remuneração diferente, combinando-os com os fundos gerados nas suas próprias actividades industriais e diluindo o risco inerente a novos empreendimentos; Por uma dimensão e diversificação sectorial que lhes davam uma maior capacidade de negociação com as grandes unidades empresariais estrangeiras, com as quais, cada vez mais, os novos empreendimentos supunham a colaboração.⁴⁵

No caso brasileiro, segundo Francisco de Oliveira, houve um controle da economia pelo bloco oligopolístico concentrado na produção de bens de consumo duráveis e havia por parte

⁴² MACARINI, José Pedro. A política económica do Governo Costa e Silva. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 453-489, set.-dez. 2006, p. 350. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC_10.3_01_A-Politica-Economica-do-Gov-Costa-e-Silva_copy.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

⁴³ FERNANDES, FILIPE S. *Os empresários de Marcello... Op. cit.*, p. 102.

⁴⁴ MACARINI, José Pedro. A política económica do... *Op. cit.*, p. 102.

⁴⁵ RIBEIRO, José Felix; FERNANDES, Lino Gomes; RAMOS, Maria Manuel Carreira. Grande indústria, banca e grupos financeiros – 1953-73. *Análise Social*, Lisboa, v. XXIII, n. 99, 5.º, p. 945-1018, 1987, p. 946. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41010660?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 02 jun. 2019.

deste bloco uma "imposição de um padrão de relações interdepartamentais no qual os aumentos de produtividade produzidos quase em qualquer setor da economia industrial são inevitavelmente transferidos aos setores do departamento I".⁴⁶

O que Oliveira acaba por destacar no parágrafo acima é justamente o que Virgínia Fontes chama de fusão pornográfica entre capitais, como mencionado anteriormente. A atuação oligopolística, ao contrário do que se pode imaginar, está diretamente relacionada à questão exterior da política econômica, isto é, estreitamente vinculada à atuação das empresas multinacionais nos países em análise, portanto, à política de abertura do mercado ao capital externo.

No que tange às relações internacionais, para Mendonça e Fontes, o equilíbrio entre importações e exportações só seria mantido se os padrões de acumulação não fossem alterados, duas alternativas eram possíveis: "acelerar as exportações ou tomar empréstimos no exterior", segundo as autoras, ambas foram implementadas.⁴⁷ O empréstimo no exterior foi necessário por conta do ligeiro decréscimo da balança comercial nos anos de 1971 e 1972, tendo o Brasil que recorrer ao capital externo para cobrir essa diferença⁴⁸ – esta foi a primeira causa da inserção de capital externo no país no período. A segunda causa está diretamente relacionada ao financiamento à expansão do acúmulo de capital através de negócios financeiros nacionais, isto é, como fomento às agências que atuavam no mercado de capital. Neste momento, também houve um grande incentivo ao principal produto de exportação brasileiro – o café – que se mantinha hegemônico no que diz respeito à exportação de produtos agrícolas.

Enquanto o Brasil estabeleceu a lógica acima mencionada com o mercado externo, o III Plano de Fomento português estabeleceu a "necessidade imperiosa de integração da economia portuguesa, gradualmente, à economia europeia" através da "modernização das estruturas produtivas" haja vista a "urgência de assegurar a essas estruturas condições de competição nos mercados internacionais e, em particular, nos mercados europeus".⁴⁹

Segundo Hermann, houve no governo Médici um "dilema entre crescimento e equilíbrio externo" no contexto do "milagre econômico" e foram pensadas soluções a esse dilema: a) disponibilidade de liquidez a juros baixos no mercado externo, aliada à "boa vontade" dos E.U.A para com o Brasil; b) a posição favorável dos termos de troca, diante do aumento dos preços das commodities exportáveis; c) expansão do comércio mundial.⁵⁰ No mundo luso, o grande impeditivo durante o governo de Marcello Caetano seria o modelo de condicionamento industrial com base no corporativismo protecionista herdado do governo de Salazar e que,

⁴⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependencia... Op. cit.*, p. 87.

⁴⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil... Op. cit.*, p. 34.

⁴⁸ GIANNAZI, Carlos. *A Doutrina de Segurança... Op. cit.*, p. 187-188.

⁴⁹ PORTUGAL. *III Plano de Fomento... Op. cit.*, p. 40.

⁵⁰ HERMANN, Jennifer. *Reformas, endividamento externo... Op. cit.*, p. 87.

portanto, gerava a necessidade de reestruturação das relações econômicas internas e destas com o cenário econômico internacional.⁵¹

No que tange ao desenvolvimentismo – central nos dois planos econômicos em análise – Fernando Henrique Cardoso aponta que se deve partir da análise do mercado "como campo de batalha de imposições econômicas".⁵² Acredita-se, assim como Cardoso, que as relações econômicas possuem imbricações profundas e disputas. Acrescenta-se, ainda, que estas disputas ocorrem no seio da Ossatura Material do Estado que se constitui parte extremamente dinâmica do Estado no sentido que este Estado não pode ser considerado tão somente Estado-Sujeito ou Estado-Objeto, mas sim, Estado-Relação.

A questão do (sub) desenvolvimento e da dependência são pontos fulcrais na análise de Fernando Henrique Cardoso a respeito do capitalismo contemporâneo e o autor o faz de forma que considera que o Brasil vive uma dependência de tipo estrutural. O Brasil não se insere na lógica capitalista a nível mundial como unicamente dependente do capital estrangeiro, mas como país que necessita da abertura a novas tecnologias vindas do exterior, claro que de forma paralela à abertura do mercado a novos investimentos estrangeiros, proporcionando aos países desenvolvidos a condução do processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

No caso português, há uma alteração no quadro da dependência em relação ao mercado internacional, sobretudo, pela Nova Política Industrial implementada no governo Caetano e pela inserção portuguesa na dinâmica econômica europeia através das associações internacionais como a EFTA. Assim, houve uma alteração da dependência portuguesa através da opção pela substituição de importações a fim de promover o crescimento econômico acelerado e o desenvolvimento econômico com base na melhoria da condição de vida da classe trabalhadora como estratégia de manutenção da engrenagem capitalista por meio da promoção de um Estado Social.

Enquanto Cardoso percebe a forma estrutural da relação entre dependência e desenvolvimento, Francisco de Oliveira (2013) afirma que esse processo de desenvolvimento analisado por Cardoso relacionando capital nacional e capital estrangeiro gera um desenvolvimento desigual e combinado que proporciona a formação de grupos monopolísticos que tem como base os conglomerados de financeiras.

Portanto, o que ocorre no Brasil pós-1969 e em Portugal pós-1968 é um projeto de cunho desenvolvimentista que acaba por consolidar a concentração do capital através da formação de grupos oligopolísticos que tinham como carro-chefe o capital financeiro

⁵¹ Segundo Álvaro Garrido e António Rafael Amaro, o corporativismo foi, na sua historicidade contemporânea, "um dispositivo político de combate à democracia parlamentar e ao sindicalismo revolucionário; um modelo de representação política anti-individualista; uma nova forma de representação dos interesses organizados que alimentou um processo de difusão transnacional das instituições regulares das ditaduras fascistas". GARRIDO, Álvaro; AMARO, António Rafael. Nota de abertura. *Estudos do século XX. Corporativismo e doutrinas sociais*, Coimbra, n. 16, p. 11-15, 2016, p. 12.

⁵² CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do Empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

investindo, portanto, no mercado de capitais e financiando a fração burguesa industrial em detrimento da classe trabalhadora no Brasil e, no caso português, como ferramenta de manutenção da engrenagem capitalista com base no aumento de salários como forma de manutenção do consumo e da capacidade produtiva.

Considerações Finais

Estabelecer comparações entre as dinâmicas econômicas de dois países viabiliza perceber as nuances do capitalismo contemporâneo em suas múltiplas dimensões. Lançar novas luzes sobre o tema da relação entre Estado e Sociedade é de fundamental importância, pois permite apreender a ação dos diferentes sujeitos históricos e das instituições centrais, além das singularidades referentes a cada conjuntura analisada.

Neste texto, de caráter introdutório, foram analisadas as políticas econômicas de dois modelos de Estado capitalista com base desenvolvimentista distinta, enquanto o Brasil se inseria em uma lógica de desenvolvimento dependente, de forte pressão sobre os direitos trabalhistas, o caso luso demonstra uma aproximação a uma estratégia de Estado de bem estar social em defesa de um rápido crescimento econômico, pautado na reestruturação dos setores industrial e financeiro.

As variáveis apresentadas permitem perceber as singularidades e as similaridades entre os dois planos econômicos. Entretanto, a lógica do Capital-Imperialismo com base na “fusão pornográfica” entre os grupos industriais e financeiros reaproxima as análises das relações socioeconômicas destes dois países que alcançam altos rendimentos entre os anos de 1968 e 1973.

Referências

Legislação

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971)*. Brasília/DF, 04 de novembro de 1971.

PORTUGAL. *III Plano de Fomento (Lei nº 2133, de 20 de dezembro de 1967)*. Lisboa, 1968.

PORTUGAL. *Lei de Fomento Industrial (Lei nº 3, de 27 de maio de 1972)*. Lisboa, 1972.

Bibliografia

CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do Empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FERNANDES, FILIPE S. *Os empresários de Marcello Caetano: os grandes anos de investimento público e privado, entre 1968-1974, e as guerras empresariais*. Lisboa: Casa das Letras, 2018.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ, 2010.

GARRIDO, Álvaro. AMARO, António Rafael. Nota de abertura. *Estudos do século XX. Corporativismo e doutrinas sociais*, Coimbra, n. 16, p. 11-15, 2016.

GIANNAZI, Carlos. *A Doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)*. São Paulo: Cortez, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o "milagre econômico" (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (orgs.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Costa e Silva. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 453-489, set.-dez. 2006. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC_10.3_01_A-Politica-Economica-do-Gov-Costa-e-Silva_copy.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

MARX, Karl. *O capital*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente*. São Paulo: Ática, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependencia imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PASSOS, Marcelino Lyra. Resistências e desfasamentos num processo de modernização e desenvolvimento: os reformuladores no governo de Marcello Caetano. *Sociologia - Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 10, p. 21-42, 1991. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1072/1/2.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, José Felix; FERNANDES, Lino Gomes; RAMOS, Maria Manuel Carreira. Grande indústria, banca e grupos financeiros – 1953-73. *Análise Social*, Lisboa, v. XXIII, n. 99, 5.º, p. 945-1018, 1987. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41010660?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 02 jun. 2019.

ROSAS, Fernando. *História de Portugal*. Vol. 7: o Estado Novo (1926-1974). Lisboa: Estampa, 1998.

TORGAL, Luís Reis. Marcello Caetano antes do marcelismo. *Espacio, Tiempo y Forma*, Madrid, serie v, Historia Contemporânea, t. 19, p. 49-73, 2007. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/ETFV/article/view/3154/3013>. Acesso em: 15 maio 2019.